

Tréplica do Fonasc-CBH proferida na Audiência Pública/Samarco/Mariana, realizada na noite do dia 15 e madrugada de 16 de dezembro de 2016

[Texto lido por Gustavo Gazzinelli – o tempo dado à fala não permitiu a leitura de todas as indagações finais]

Senhoras e Senhores,

Defendemos uma sociedade justa e nos honramos em ter solicitado esta audiência pública.

Estudamos o projeto e sabemos de seus equívocos.

Defender a Samarco confiando apenas na sua suposta seriedade, para nós, não basta – se o projeto é incompleto e não oferece segurança ambiental e jurídica para o futuro do empreendimento, do meio ambiente e da sociedade envolvida.

Mariana e Ouro Preto foram construídas por “forasteiros”, inclusive o Brasil. O ouro teve um ciclo de 50 anos e, depois, veio a decadência. Atitudes que se repetem [como a postura de claques aqui participantes], sem a devida reflexão, sugerem que a decadência do ferro começou.

Atacar quem pensa diferente, em defesa da autodeterminação da maioria de Marianenses, prova que manifestações legítimas nem sempre são capazes de compreender as dimensões desse Desastre.

As escolhas em discussão [nesta audiência] não se reduzem a Mariana e Ouro Preto, como querem alguns. O desastre Samarco é social e ambiental. No plano ambiental, o desastre foi muito além de Mariana. Prova de que as decisões e consequências ultrapassam estes municípios.

As vistorias do Ibama comprovam que a Samarco não quis e não tirou os rejeitos depositados entre Fundão e Candonga [a usina hidrelétrica Risoleta Neves].

As perspectivas apontadas pelo EIA de Alegria Sul para o pós-enchimento da cava, daqui a dois anos, indicam claramente que a Samarco pretende enterrar definitivamente a lama de seu desastre em novas barragens, para cobrir Bento Rodrigues e o rio Gualaxo do Norte.

Isto significa que o projeto Alegria Sul trará como consequência a impunidade do crime ambiental cometido pela empresa. E que, ao apelar para o apoio dos presentes, a Vale, a BHP Billiton e a Samarco transferem para eles, de forma definitiva, as consequências do que vier a acontecer no futuro, inclusive, novos desastres.

Não somos contra a mineração. Somos contra a mineração insustentável. E contra uma política de desenvolvimento mineral exclusivamente exportador.

Podemos gerar mais empregos, diversificando – e também transformando e agregando valor ao minério, nesta região!

Francamente, percebemos que o interesse das donas da Samarco é se livrar da reparação ambiental na área mais atingida por seu desastre – especialmente, na região de Bento Rodrigues e nos trechos mais impactados dos rios Gualaxo do Norte, do Carmo e Doce.

A pressa em licenciar a barragem na cava Alegria Sul, com vida útil de dois anos – e sem definição dos procedimentos de beneficiamento e disposição de rejeitos seguintes – é solução precária e, portanto, incompatível com a mudança de atitudes que a empresa apregoa em seus discursos.

Por isso, clamamos por seriedade e uma atitude socialmente responsável e sem venda de ilusões para com todos os atingidos de Mariana e de Ouro Preto.

Emprego SIM!

Justiça SIM!

Reparação aos danos ambientais TAMBÉM!

O licenciamento desta barragem visa acobertar e maquiar o desastre do ponto de vista ambiental.

Por isso, não concordamos! Nem seremos coniventes.

O futuro nos julgará!

Indagações e complementações ao texto:

- Leiam as ações civis dos Ministérios Públicos [Estadual/MG](#) e Federal, e os [relatórios de julho e outubro da Operação Águas do Ibama](#), para entender que a Samarco não é uma empresa transparente, como muitos aqui falaram. Vejam na última [denúncia do MPF](#) que o desastre iniciado em 5 de novembro de 2015 não decorreu de um erro, mas de uma sucessão de erros da mineradora e de seu Conselho de Administração.

Quanto aos investimentos em pesquisa e desenvolvimento, é fácil constatar, nos relatórios de sustentabilidade da Samarco, que sua preocupação sempre foi o ganho de produtividade. Perguntamos aos representantes da empresa: do

montante de recursos destinados a ciência e tecnologia, quanto, qual o percentual destes investimentos foi aplicado em processos de beneficiamento a seco, em diminuição e redução de barragens de rejeitos. Quase nada! Muito pouco!

Quanto à participação e ao diálogo que a empresa diz defender, porque a mesma, com a concordância dos governos federal e estadual, colocou os atingidos apenas na condição de participantes do Conselho Consultivo da fundação que criou – sem qualquer poder deliberativo? Porque as organizações defensoras da natureza (ONGs) sequer são consideradas nos processos deliberativos e de aprovação das medidas de reparação ambiental?

É por coisas como estas que **não confiamos na Samarco!** Os fatos e o Acordo Samarco [+ Vale-BHP-governos da União, de MG e ES] – ao contrário do que muitos aqui sugerem – demonstram que a empresa está longe de merecer nossa confiança e respeito.

E esclarecemos:

O Fonasc, o MovSAM e outras organizações que acompanham as atividades e criticam o modelo da mineração em Minas Gerais vêm, há anos, criticando e sugerindo uma mineração menos insustentável, com adoção de tecnologias alternativas de processamento de rejeitos e a substituição de um modelo exclusivamente exportador, mediante a redução do ritmo da atividade e a transformação e agregação de valor ao bem mineral no estado, especialmente, nas regiões mais atingidas pela produção de minério em larga escala.

Esta proposta foi inclusive apresentada pelo Fonasc em sessão especial do Senado Federal, como medida a ser fixada na revisão do Código Mineral – enquanto parâmetro obrigatório de concorrências públicas para concessões de direitos minerários – de forma a incentivar a adoção de tecnologias que reduzam os impactos socioambientais, e a garantir maior sustentabilidade socioeconômica às regiões vulnerabilizadas pela mineração.

É preciso registrar, contudo, que as empresas mineradoras, em conluio com autoridades públicas, políticos e também com corporações profissionais da cadeia da produção mineral, vêm resistindo a todas as sugestões de melhoria, por considerá-las mais caras e por optar pelo modelo insustentável a que estão apegadas. As posições que defendemos há anos estão registradas nos áudios, atas de reuniões de conselhos e audiências de que temos participado, e também nas publicações que temos feito nas redes sociais.